



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

**POLÍTICAS ALIMENTARES NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO
DE OBSERVATÓRIOS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS DE ALIMENTOS**

JEANNA MARTINS SOUZA

BRASÍLIA, 2024

JEANNA MARTINS SOUZA

**POLÍTICAS ALIMENTARES NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO
DE OBSERVATÓRIOS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS DE ALIMENTOS**

Relatório final de estágio supervisionado obrigatório, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador: Dr. Mário Lúcio de Ávila

Supervisores(as) de estágio: Giuliana Cadorin e

Paula Daniella Prado Ramos

BRASÍLIA, 2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a toda equipe do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI), pelo fornecimento de uma nova perspectiva em relação a toda minha graduação, em especial Yan Dutra de Souza. Ao Professor Dr. Mário Ávila pela oportunidade e orientação, e Giuliana Cadorin por todo auxílio ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos meus amigos de curso Ana Paula Bomfim de Castro, Ortência Cassia Martins Brandão e Wanderley Antônio Pereira de Souza por toda ajuda e por tornarem a graduação mais leve e divertida ao longo de todo o curso, onde a companhia tornou tudo mais proveitoso, obrigada por todas as risadas e pela parceria. À Ana Paula e Ortência, meninas, ter a amizade de vocês ao longo do curso foi essencial, não é por acaso que a amizade foi além, vocês são incríveis e sem vocês muitas coisas que vão além da graduação teriam sido muito mais difíceis, imensa gratidão.

E por fim, principalmente, agradeço meu pai. Julierme de Souza, aquele que sempre me apoiou e estruturou para que a conclusão deste curso fosse possível e da melhor forma em que eu poderia me dedicar. É graças ao Julierme que estou aqui sendo capaz de estar cursando e ingressando na vida adulta, com todo apoio e amor que um pai, incrível, pode fornecer.

Pai, saiba que esse sucesso é nosso, sem você eu não seria metade da pessoa que estou me tornando. Obrigada por todos os conselhos, apoio, e principalmente por todo incentivo ao longo dessa jornada, eu te amo.

RESUMO

O texto discute a relevância dos observatórios na formulação e implementação de políticas alimentares, destacando seu papel fundamental na promoção da segurança alimentar e na sustentabilidade agrícola no Brasil. Os observatórios, inicialmente voltados para a pesquisa, expandiram suas funções para incluir a coleta e análise de dados que influenciam decisões políticas, especialmente em relação a programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses centros são essenciais para garantir a transparência e a participação social nas políticas alimentares, além de promover práticas agrícolas sustentáveis. A colaboração entre diversos setores é enfatizada como crucial para o sucesso das iniciativas de segurança alimentar.

Palavras-chave: Observatórios, Políticas alimentares, Segurança alimentar, Sustentabilidade agrícola.

Abstract

This text explores the significance of observatories in formulating and implementing food policies, emphasizing their crucial role in promoting food security and agricultural sustainability in Brazil. Originally focused on research, observatories have expanded their functions to include data collection and analysis that influence political decisions, particularly regarding programs like the National School Feeding Program (PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA). These centers are vital for ensuring transparency and social participation in food policies while promoting sustainable agricultural practices. Collaboration among various sectors is highlighted as essential for the success of food security initiatives.

Keywords: Observatories, Food policies, Food security, Agricultural sustainability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Objetivos gerais	7
1.2. Objetivos específicos	7
2. QUAL A IMPORTÂNCIA DOS OBSERVATÓRIOS?	7
3. POLÍTICAS ALIMENTARES NO BRASIL	8
3.1. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	9
3.2. Programa de Alimentação Escolar (PNAE)	11
3.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	12
3.4. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).....	13
3.5 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	14
4. POLÍTICAS ALIMENTARES E COMPRAS INSTITUCIONAIS.....	15
4.1 Observatórios de compras institucionais	15
4.1.1 Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e	16
Nutricional (REDESSAN).....	16
5. OBSERVA-CI.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI), ligado à Universidade de Brasília, tem como missão conectar a universidade às necessidades sociais, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade. O CEGAFI possui seis eixos temáticos, sendo eles a Gestão do Conhecimento, Governança Fundiária, Inteligência Territorial, Restauração Ecológica, Sistemas Alimentares e Sociobiodiversidade e Monitoramento e Avaliação. No eixo de sistemas alimentares, o CEGAFI conta com o destaque do projeto Observatório de Compras Institucionais (Observa-CI), onde promove sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, valorizando a agricultura familiar e o acesso a alimentos de qualidade.

Os observatórios são importantes em diversas áreas do conhecimento e da gestão pública, oferecendo suporte para a pesquisa científica e a formulação de políticas eficazes. Em relação às políticas alimentares, esses centros são especialmente valiosos, pois auxiliam no monitoramento e na avaliação da implementação de estratégias voltadas para a segurança alimentar e a nutrição. Segundo Silva (2021), os observatórios têm se tornado instrumentos indispensáveis na coleta e análise de dados que influenciam as decisões políticas. Originalmente focados na pesquisa, os observatórios têm ampliado suas funções para incluir a análise de dados relevantes que impactam diretamente as políticas públicas relacionadas à agricultura, segurança alimentar e sustentabilidade.

No Brasil, a importância dos observatórios é evidenciada por sua contribuição na formulação e monitoramento de políticas alimentares, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com Santos (2020), esses programas visam assegurar o acesso a alimentos de qualidade para a população, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Observatórios como o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) e o Observa-CI são importantes para garantir que as políticas alimentares sejam implementadas de maneira eficaz e transparente, promovendo a inclusão social e econômica dos pequenos produtores e a segurança alimentar das comunidades (Moura, 2022).

A análise do papel dos observatórios e sua integração com as políticas alimentares revela uma intersecção vital entre ciência, gestão pública e segurança alimentar. Conforme destaca Almeida (2023), a colaboração entre diferentes setores é essencial para o sucesso das iniciativas de segurança alimentar. Este texto explora a importância desses observatórios, suas contribuições para a formulação de políticas e a implementação de estratégias que buscam garantir uma alimentação adequada e sustentável para a população.

1.1. Objetivos gerais

Analisar a importância dos observatórios na formulação e implementação de políticas alimentares, destacando seu papel na promoção da segurança alimentar e na sustentabilidade das práticas agrícolas no Brasil.

1.2. Objetivos específicos

- Verificar como os observatórios ajudam na coleta e análise de dados para formular políticas alimentares;
- Analisar como programas como o PNAE e o PAA utilizam informações dos observatórios para apoiar a agricultura familiar e a segurança alimentar;
- Investigar como os observatórios garantem transparência e participação social nas políticas alimentares;
- Explorar como os observatórios promovem práticas agrícolas sustentáveis e contribuem para a segurança alimentar.

2. QUAL A IMPORTÂNCIA DOS OBSERVATÓRIOS?

O papel dos observatórios é de suma importância em várias áreas, com principal destaque em pesquisas científicas, eles tendem a fornecer uma melhor infraestrutura que permite o estudo mais detalhado do objetivo do observatório, que além de expandir o conhecimento, também contribuem para avanços nas áreas de interesse (BRISOLLA, 1996).

Quando estão relacionados com as políticas alimentares, os observatórios desempenham um papel que, apesar de poder ser indireto, é significativo, principalmente no fornecimento de informações relevantes para tomadas de decisões e na formulação de políticas públicas, por mais que a função inicial dos observatórios seja a pesquisa científica, os dados e insights que eles geram podem influenciar positivamente na agricultura, segurança alimentar e sustentabilidade. Segundo a Agrosmart¹, monitorar padrões climáticos, condições de solo, tendem a ter papéis fundamentais para o entendimento de fatores ambientais e como estes podem afetar a produção agrícola e influenciar essas políticas.

¹ Sobre a Agrosmart. Disponível em: <https://agrosmart.com.br/blog/impacto-mudancas-climaticas-na-agricultura/>
Acesso em 10 de abr. 2024

Observatórios que estudam a biodiversidade e a saúde de ecossistemas fornecem informações relevantes sobre a resiliência dos sistemas alimentares agrícolas e como a diversidade biológica pode influenciar a produção de alimentos. Esses observatórios também monitoram políticas que promovem práticas agrícolas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais, contribuindo para a segurança alimentar a longo prazo. Além disso, eles monitoram a qualidade dos alimentos, detectando contaminantes, pesticidas e toxinas, ajudando a garantir a segurança dos consumidores. Observatórios também atuam contra a publicidade ilegal de alimentos, especialmente ultraprocessados, que influencia negativamente os hábitos alimentares, como o Observatório de Publicidade de Alimentos, o OPA.²

Informações como essas são de grande importância na orientação de políticas relacionadas aos padrões de produção, regulamentação e monitoramento da cadeia alimentar, também protegendo a saúde pública e garantindo a qualidade dos alimentos disponíveis para consumo.

3. POLÍTICAS ALIMENTARES NO BRASIL

As políticas alimentares no país abrangem um conjunto de estratégias e ações voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população. Elas têm como objetivo garantir o acesso regular e permanente a alimentos com qualidade e em quantidades suficientes para atender todos aqueles que precisam. Além de consagradas políticas brasileiras, reconhecidas internacionalmente, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também compõem a estratégia de segurança alimentar brasileira os conselhos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (CAISAN).

[...] esses programas, combinados com outros fatores que também são apontados como essenciais para a superação da situação da insegurança alimentar no Brasil, como os programas de transferência de renda e a redução da pobreza, foram de grande relevância para reduzir o número de pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil. (POLITIZE!, 2022)³

Estas iniciativas possuem papel fundamental na compra de alimentos, por conta de impactos positivos a respeito de diversos aspectos. Priorizando a compra de alimentos provenientes de agricultura familiar, agroecologia, ou cultivo orgânico. Além de garantirem a

² Sobre o OPA. Disponível em: <https://publicidadedealimentos.org.br/> Acesso em 10 de abr. 2024

³ Disponível em: <https://www.politize.com.br/combate-a-fome/> Acesso em 08 abr. 2024.

qualidade e segurança alimentar, também contribuem para diversos benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Primeiramente, ao constituírem parcerias com pequenos produtores da região, acabam por fortalecer o desenvolvimento econômico de comunidades rurais a partir do estímulo na geração de empregos no campo, dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar como essencial para a produção de alimentos. Ao escolher alimentos provenientes de agricultura sustentável, essas instituições passam a contribuir com a preservação do meio ambiente de forma ativa, já que, práticas como essas tendem a evitar o uso intenso de agroquímicos e priorizar o respeito a ciclos naturais, ajudam a conservar os recursos naturais, reduzir a poluição e proteger a biodiversidade (FiSA, 2023).⁴

Diversificar a oferta alimentar é de grande relevância, pois valoriza a produção variada dos pequenos agricultores, proporcionando melhor acesso a alimentos frescos, saudáveis e diferenciados. Essa diversidade contribui para uma alimentação mais equilibrada e rica em nutrientes (JUSBRASIL, 2020). Também, promovem a autonomia e segurança alimentar de comunidades ao fornecer esse apoio, a dependência de cadeias de produção e distribuição é reduzida e favorece a relação mais direta entre produtores e consumidores, garantindo o acesso a alimentos de maior qualidade.

Ao se referir à saúde, alimentos vindos da agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica normalmente são mais benéficos para a mesma e livres de resíduos tóxicos, além de contribuir para a promoção da saúde da população. Escolher tal vertente, colabora para a crescente demanda de uma alimentação mais saudável e sustentável, como reflexo de uma preocupação crescente com o bem-estar e a qualidade de vida.

3.1. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi desenvolvido no Brasil em 1993, como instância de participação social e de controle social das políticas públicas com relação à alimentação e nutrição. Instituído pela Lei n° 8.080/1990⁵, a respeito das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. O objetivo principal do CONSEA é formular e propor diretrizes para a formulação de políticas e programas focados na segurança alimentar

⁴ Sobre a FiSA. Disponível em: <https://www.foodconnection.com.br/author/Food%20ingredients-South%20America> Acesso em 11 abr. 2024

⁵ Sobre a Lei n° 8.080/1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm Acesso em 26 abr. 2024

e nutricional do país, incluindo ações relacionadas à produção de alimentos, distribuição, acesso, consumo e qualidade nutricional dos alimentos e políticas de combate à fome e à desnutrição.

A característica mais importante do CONSEA é sua composição, ela envolve representantes governamentais e da sociedade civil, assim garantindo a participação de vários setores da sociedade na discussão e no monitoramento de políticas públicas com relação à alimentação e nutrição, contribuindo para a construção de propostas mais democráticas e efetivas. Segundo Valquíria Lima, da Articulação Semiárido Brasileiro⁶, “O CONSEA sempre foi um conselho que acompanhou a execução e implementação de políticas direcionadas à produção de alimentos saudáveis e combate à desnutrição”.

Outra parte importante do CONSEA é o monitoramento e avaliação das políticas públicas em relação a alimentação, onde acompanha a implementação de programas com foco na segurança alimentar e na avaliação do impacto na redução do mapa da fome e desnutrição no Brasil, permitindo que identificassem pontos necessários de melhoria e que os ajustes necessários fossem feitos para garantir a execução adequada das políticas.

Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional teve também grande impacto na promoção da educação alimentar e nutricional. O CONSEA busca conscientizar a população sobre a importância da alimentação saudável, promovendo ações de educação alimentar nas escolas, comunidades e em demais espaços. Assim contribuindo para o crescimento do conhecimento a respeito de uma boa alimentação e principalmente para adoção de práticas mais sustentáveis na produção de alimentos.

O Conselho tem caráter consultivo e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), responsável pela gestão intersetorial de políticas públicas e a articulação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação social da sociedade, para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2023).

O CONSEA desempenha importância para a promoção da segurança alimentar em nosso país, contribuindo para a formulação de políticas públicas, a participação social, o monitoramento e avaliação e a promoção da educação alimentar e nutricional, com fundamental atuação no avanço da garantia do direito humano ao acesso à alimentação digna e no combate à fome e desnutrição no Brasil.

⁶ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2023/03/17/entenda-o-que-e-o-consea-e-o-seu-papel-no-combate-a-fome> Acesso em 26 abr. 2024

3.2. Programa de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa de Alimentação Escolar é uma das políticas públicas mais importantes do país quando se refere a segurança alimentar e nutricional dos estudantes de redes públicas, foi instituído no ano de 1954, com o objetivo de garantir que alunos da rede pública tenham o acesso a uma alimentação adequada e nutritiva durante seu período de permanência na instituição, além de promover a educação alimentar e nutricional para os mesmos, conscientizando-os da importância de melhores hábitos alimentares o quanto antes. (Jornal da USP, 2023)

O PNAE possui como característica fundamental sua abrangência em território nacional, capaz de atingir milhões de crianças e adolescentes por todo o país. O programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, “[...] autarquia federal criada pela [Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968](#), e alterada pelo [Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969](#), é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação” (BRASIL, 2024), que está em parceria com estados, municípios, escolas e produtores rurais, principalmente voltados para a agricultura familiar. Porém, o PNAE não está restrito apenas ao fornecimento de refeições aos estudantes, ele busca também promover a inclusão de alimentos da região e provenientes de agricultura familiar nessas escolas.

Essa iniciativa instiga o consumo desses produtos locais e valoriza uma produção mais sustentável, além de contribuir para a diversificação da dieta desses alunos, fortalecer a economia local e o desenvolvimento rural. O PNAE também possui como relevância seu papel na garantia da segurança alimentar e redução da desigualdade social, para inúmeros estudantes a alimentação fornecida na escola acaba por representar parte significativa de sua alimentação diária, quando não é a única. Ponto de grande importância em cenários de vulnerabilidade socioeconômica, onde a escola se torna um espaço indispensável para o suprimento das necessidades nutricionais desses indivíduos em formação.

[...] o PNAE é essencial para todo o ecossistema escolar, pois fornece aos alunos da rede pública de ensino um alimento de qualidade e acessível a todos. Os produtores rurais também são beneficiados, pois seus alimentos são adquiridos e inseridos nas escolas. Sobretudo, o PNAE deve promover a formação de bons hábitos alimentares, ele existe também para educar (IDEC, 2023).

O programa também prevê ações de educação alimentar e nutricional que vai muito além da oferta de alimentos, essas ações incluem atividades educativas (palestras, oficinas e projetos pedagógicos) que tem como objetivo sensibilizar esses alunos sobre a importância da boa alimentação, o aproveitamento integral dos alimentos e o combate ao desperdício destes. A fim de garantir a efetividade e transparência do programa, o PNAE possui mecanismos de controle social como o exemplo do CAE, o Conselho de Alimentação Escolar é responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos que são destinados ao programa, acompanha a qualidade dos alimentos fornecidos, exige o cumprimento das normas e diretrizes do PNAE e garante a participação da comunidade escolar na gestão dessas ações (BRASIL, 2023).

O papel do PNAE é favorável na promoção da segurança alimentar e nutricional, no estímulo de hábitos mais saudáveis, no estímulo da produção local e sustentável, e principalmente, na redução da desigualdade social ainda muito recorrente em nosso país.

3.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se trata de uma iniciativa do governo brasileiro, criada em 1995, como principal objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar. Já que a agricultura familiar tem papel importante na produção de alimentos no Brasil, responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos internamente e contribui de forma significativa com a economia rural e preservação ambiental.

A Resolução BACEN nº 2101/1994 criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape) que consistia em uma linha de crédito, com juros de 4% a.a., sem correção monetária. O Provape teve reduzido alcance, sobretudo por causa das rigorosas exigências impostas pelas instituições financeiras ao público-alvo, porém, foi o precursor do Pronaf. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. Mas, só em 1996 que o Decreto nº 1946, criou o Pronaf como programa de governo sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. De acordo com o Decreto nº 3.991/2001, o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares (BRASIL, 2024).

Gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com parceria de instituições financeiras como: o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O PRONAF oferece linhas de crédito especiais e condições mais vantajosas de financiamento para agricultores familiares, com intenção de

facilitar o acesso a recursos financeiros para o investimento na produção agrícola, infraestrutura rural, aquisição de equipamentos, melhoria da gestão e adoção de práticas sustentáveis (BRASIL, 2024).

O PRONAF tem como característica a sua atenção para necessidades da agricultura familiar, além de levar em consideração a peculiaridade de cada região e promove a diversificação da produção, tal que contribui para a geração de renda nas zonas rurais, para a segurança alimentar das famílias dessas áreas e fortalece a economia local. Além do acesso ao crédito, também fornece apoio técnico mediante a programas de assistência técnica e extensão rural (ATER), auxiliando os agricultores familiares na aplicação de técnicas sustentáveis na produção, no manejo mais adequado dos recursos, na melhoria da qualidade dos produtos e aumentando a produtividade.

O programa está também alinhado com demais políticas públicas, como a promoção da agricultura orgânica e agroecológica, influência à produção dos alimentos saudáveis e a valorização da cultura local, contribuindo para a diversificação da produção agrícola, preservação da biodiversidade e principalmente o fornecimento de alimentos de qualidade para a população (BRASIL, 2024). O papel do PRONAF é indispensável para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável, além disso, contribui para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento econômico e social de comunidades rurais.

3.4. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) se trata de uma iniciativa governamental brasileira, a PNAPO busca promover práticas agrícolas sustentáveis, em parceria com os princípios da agroecologia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024). Foi colocada em vigor no ano de 2012, com objetivo principal de integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos na agricultura, visando a garantia da preservação dos recursos naturais, diversificação da produção, valorização dos agricultores familiares e a oferta de alimentos mais saudáveis para a população brasileira.

O estímulo da PNAPO com a produção sustentável, engloba práticas como o manejo integrado de pragas e doenças, a conservação do solo, o uso racional da água e a preservação da biodiversidade. A favor de colocar em prática métodos que respeitem ciclos naturais e promovem a saúde do ecossistema, a agroecologia colabora para a manutenção da fertilidade do solo e a reduz a dependência em defensivos agrícolas e adubos químicos, ponto importante para a PNAPO, já que reconhece e apoia a agricultura familiar, reconhecendo a importância do segmento para a produção de alimentos saudáveis e desenvolvimento rural.

O autor do projeto, deputado Valmir Assunção (PT-BA), afirma que a utilização de práticas agrícolas que propiciem a manutenção da fertilidade dos solos e o desenvolvimento saudável das plantas é fundamental para alterar o sistema de produção no País, ao invés da monocultura intensiva no uso de transgênicos, fertilizantes químicos, agrotóxicos e promotores de crescimento sintéticos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024).

A política procura fortalecer a inclusão de agricultores familiares em mercados locais e regionais, incluindo o estímulo da diversificação da produção, adoção de práticas agroecológicas, acesso a crédito e assistência adequada. A PNAPO leva em consideração a produção orgânica, priorizando esses métodos sustentáveis, já que a produção orgânica evita o uso de substâncias sintéticas perigosas para o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores rurais e dos consumidores, ao mesmo tempo em que fornece alimentos livres de resíduos tóxicos (BRASIL, 2023). Além disso, a produção orgânica está alinhada com a demanda da sociedade por alimentos mais saudáveis e sustentáveis.

A política também valoriza iniciativas como feiras livres, mercados locais e programas de compras públicas para aumentar a venda de produtos agroecológicos e orgânicos. Os mecanismos de comercialização direta aproximam produtores e consumidores, aumentando a valorização dos produtos agroecológicos e incentivando o consumo consciente da população. A PNAPO planeja capacitar e ajudar os agricultores a aprender sobre práticas agroecológicas, manejo sustentável de recursos naturais, técnicas de produção orgânica e gestão eficiente das propriedades rurais. Para os agricultores adotar métodos mais sustentáveis e obter melhores resultados, essa capacitação é essencial.

Ou seja, a PNAPO apoia a cooperação entre várias partes e organizações, incluindo governos, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e empresas privadas, o objetivo desta articulação é unir esforços e conhecimentos, fortalecer colaborações e criar estratégias colaborativas para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Brasil. a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é um esforço significativo com o objetivo de mudar o modelo agrícola brasileiro, valorizando a agricultura familiar, incentivando a produção orgânica e fornecendo à população alimentos saudáveis e de alta qualidade.

3.5 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estabelecido em 2003 pelo Governo Federal, tem como objetivo combater a insegurança alimentar e nutricional, além de promover

o desenvolvimento rural sustentável. O programa busca garantir o acesso a alimentos de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que apoia a agricultura familiar, comprando diretamente de pequenos produtores que enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos (BRASIL, 2024).

O PAA se dá através de várias modalidades que atendem suas metas, são elas: Compra com Doação Simultânea, onde o governo adquire alimentos de agricultores familiares e os doa a instituições assistenciais, como creches, escolas e hospitais, assegurando uma destinação adequada e fortalecendo a rede de apoio social; a Compra com Doação para o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), que fornece alimentos para a alimentação de estudantes em instituições de ensino, contribuindo para a melhoria da nutrição e do desempenho escolar; e a Compra com Doação para Programas de Segurança Alimentar, que destina alimentos a programas voltados para populações vulneráveis, aumentando o alcance do PAA na promoção de uma alimentação mais adequada (BRASIL, 2024).

O PAA impacta tanto produtores quanto consumidores. Para os agricultores familiares, o programa proporciona uma fonte de renda estável e um mercado garantido, incentivando a produção e melhorando suas condições de trabalho. Para a população beneficiária, o PAA assegura acesso a alimentos frescos e nutritivos, essenciais para a saúde e o bem-estar, e contribui para a melhoria das condições alimentares em instituições de apoio e educação.⁷

4. POLÍTICAS ALIMENTARES E COMPRAS INSTITUCIONAIS

4.1 Observatórios de compras institucionais

As políticas alimentares no Brasil são essenciais para a criação de observatórios de compras institucionais de alimentos, especialmente em relação à agricultura familiar e à segurança alimentar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um dos principais instrumentos para isso, que apoia pequenos agricultores e contribui para a segurança alimentar, promovendo a inclusão social e econômica. Além disso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também é fundamental, atendendo cerca de 42 milhões de estudantes na rede pública.

Observatórios de compras institucionais, como o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ)⁸, surgem como uma estratégia para monitorar e avaliar a implementação dessas

⁷Sobre o PAA. Disponível em: <[Programa de Aquisição de Alimentos \(PAA\) — Secretaria de Comunicação Social \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/paa)>. Acesso em 01 ago. 2024.

⁸Sobre o ÓAÊ. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/> Acesso em: 02 ago. 2024.

políticas. O ÓAÊ tem como objetivo principal o diálogo e a escuta entre estudantes, famílias, agricultores e conselhos de alimentação escolar, criando um espaço participativo para a sociedade como um todo. Segundo Araújo *et al.* (2022), o Brasil precisa avançar mais em segurança alimentar e nutricional por meio de políticas alimentares permanentes, tendo em vista os muitos desafios evidenciados pelas percepções da sociedade civil e especialistas, esses observatórios colaboram para assegurar a transparência e a eficácia nas compras institucionais, permitindo a participação ativa da sociedade na fiscalização e na proposição de melhorias nas políticas alimentares, além de abordar desigualdades, como o racismo institucional, que impacta o acesso a alimentos saudáveis entre populações vulneráveis.

O ÓAÊ visa monitorar e promover o direito à alimentação adequada nas escolas públicas, especialmente no âmbito do PNAE. Resultante da colaboração de diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais, o ÓAÊ não apenas garante o direito à alimentação escolar, mas também busca assegurar que essa alimentação seja saudável e adequada. O comitê gestor do observatório inclui entidades como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)⁹, e a Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN).

O PNAE é necessário para garantir que estudantes da rede pública tenham acesso a uma alimentação saudável durante o período escolar. Por sua vez, o ÓAÊ monitora a execução do programa, especialmente em momentos críticos, como durante a pandemia de Covid-19, que ameaçou a segurança alimentar.

4.1.1 Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN)

A Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN) é uma organização com objetivo de fortalecer a segurança alimentar e nutricional da população negra no Brasil, com foco na promoção da soberania alimentar. A REDESSAN procura garantir que as mulheres negras tenham acesso a alimentos saudáveis e adequados, além de valorizar suas práticas e conhecimentos tradicionais. Segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2021), a REDESSAN é fundamental para a promoção de direitos alimentares e a construção de um sistema alimentar mais justo.

⁹Sobre o FBSSAN. Disponível em: <https://fbssan.org.br/> Acesso em 02 ago. 2024.

Grande meta da organização é promover a segurança alimentar e nutricional, especialmente para as mulheres negras que enfrentam desafios específicos devido à desigualdade social e racial. A organização desenvolve projetos em várias regiões do Brasil, para a formação política e a conscientização sobre os direitos à alimentação e nutrição adequadas. Além disso, a REDESSAN busca desenvolver espaços de diálogo e troca de experiências entre as mulheres, fortalecendo a luta por políticas públicas que atendam às necessidades da população negra. De acordo com Truninger *et al.* (2019), essas iniciativas são essenciais para empoderar as mulheres negras e garantir que suas vozes sejam ouvidas nas discussões sobre políticas alimentares.

Nos últimos anos, a REDESSAN tem implementado projetos focados na formação política sobre o direito à alimentação e nutrição adequadas, realizados em parceria com outras organizações. Estes projetos visam aprofundar a compreensão das questões de segurança alimentar e nutricional entre mulheres negras. A rede também participa de eventos e fóruns que discutem a soberania alimentar, contribuindo para a construção de uma agenda política que priorize a segurança alimentar da população negra e a valorização das práticas agroecológicas (AMNB, 2023).

5. OBSERVA-CI

O Observa-CI (Observatório de Compras Institucionais), iniciativa do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI), colabora para o monitoramento e avaliação das compras de alimentos realizadas por instituições públicas no Brasil. Focado na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar, o Observa-CI busca garantir que políticas de compras institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sejam implementadas de forma eficaz e transparente.

O principal objetivo do Observa-CI é assegurar que as aquisições de alimentos por instituições públicas priorizem produtos de agricultores familiares, promovendo assim a inclusão social e econômica desses produtores. O observatório funciona como um mecanismo de controle social, permitindo que a sociedade participe ativamente da fiscalização das compras e garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira responsável.

Para atingir seus objetivos, o Observa-CI coleta e analisa dados sobre as compras institucionais, fornecendo informações valiosas sobre a origem dos alimentos adquiridos e a qualidade dos produtos oferecidos. Essa análise é importante para o entendimento do impacto

das políticas de compras na segurança alimentar e na nutrição da população, especialmente em comunidades vulneráveis.

Os relatórios gerados pelo Observa-CI, como os de San Buritis (MG), San Alto Paraíso de Goiás (GO) e San Formosa (GO), mostram a eficácia do observatório. Em San Buritis, o relatório destaca que uma parte significativa dos alimentos adquiridos provém de agricultores familiares, garantindo não apenas uma alimentação saudável para os alunos, mas também fortalecendo a economia local. Em San Alto Paraíso de Goiás, os dados mostram que as compras institucionais asseguram a alimentação adequada para os estudantes e contribuem para o fortalecimento da rede de pequenos agricultores. O relatório de San Formosa enfatiza a importância da transparência nas compras, permitindo a participação da comunidade na fiscalização e controle social.¹⁰

¹⁰ Sobre os relatórios gerados pelo Observa-CI. Disponível em: <https://biblioteca.cegafiunb.com/bibliotecaeixo-tematico/sistemas-alimentares-e-sociobiodiversidade/> Acesso em: 2 ago. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que os observatórios colaboram na formulação e implementação de políticas alimentares eficazes e sustentáveis. Eles fornecem dados que orientam decisões estratégicas, aumentam a transparência e incentivam a participação social. Por meio da coleta e análise de informações sobre padrões climáticos, condições do solo, biodiversidade e qualidade dos alimentos, os observatórios podem contribuir para a criação de políticas que fortalecem a segurança alimentar, apoiam a agricultura familiar e promovem práticas agrícolas sustentáveis.

Programas como o PNAE e o PAA podem utilizar desses dados para aprimorar suas ações, assegurando que alimentos de qualidade cheguem a instituições de ensino e a populações vulneráveis, ao mesmo tempo em que oferecem suporte a pequenos produtores. A integração das informações dos observatórios nesses programas serve para aumentar a eficácia das políticas alimentares e promover uma agricultura mais sustentável.

Os observatórios facilitam a participação da sociedade na fiscalização e no aprimoramento das políticas alimentares, colaborando na identificação e resolução de problemas. No entanto, a integração dos dados dos observatórios com as políticas públicas enfrenta desafios, como a necessidade de maior coordenação entre diferentes entidades e a superação de barreiras institucionais e operacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. (2023). Integração de políticas públicas e segurança alimentar. São Paulo: Editora XYZ.

AMNB. Rede de Mulheres Negras para Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN). Disponível em: <https://amn.org.br/redessan-desenvolve-projeto-de-formacao-politica-sobredireito-a-alimentacao-e-nutricao-adequadas-para-mulheres-negras-com-apoio-da-amnb/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ARAÚJO, M. L. *et al.* A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 7, e12927, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12927>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. Resolução BACEN nº 2101, de 25 de agosto de 1994. Cria o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape). Diário Oficial da União, Brasília, 26 ago. 1994. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2101_v1_o.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/assuntos/seguranca-alimentar-e-nutricional/legislacao/lei-n-11-346-de-15-de-setembro-de-2006>. Acesso em: 02 mai. 2024.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 13 mai. 2024.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/financiamento/pronaf>. Acesso em: 15. mai 2024.

_____. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/pnae>. Acesso em: 14 mai. 2024.

_____. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cnapo>. Acesso em: 17 mai. 2024.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 17 mai. 2024.

BRISOLLA, Sandra de Negraes *et al.* Hacia la construcción de un Observatorio de Ciencia y Tecnología. Bogotá: Colciencias, 1996.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 1, p. 63–72,

2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232011000100010>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto cria Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1009772-projeto-cria-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Pesquisa inédita com estudantes apresenta situação da alimentação escolar no Brasil antes e durante a pandemia. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2021/08/31/pesquisa-inedita-comestudantes-apresenta-situacao-da-alimentacao-escolar-no-brasil-antes-e-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

CECANE UFF. O que é o PNAE? Disponível em: https://cecane.uff.br/?page_id=95. Acesso em: 10 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Nacional_de_Seguran%C3%A7a_Alimentar_e_Nutricional. Acesso em: 10 abr. 2024.

DIÁRIO DO NORDESTE. Pandemia e a alimentação escolar. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinioao/colaboradores/pandemia-e-aalimentacao-escolar-1.3170537>. Acesso em: 02 ago. 2024.

DIAS, H. Entenda o que é o Consea e o seu papel no combate à fome. Brasil de Fato, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/17/entenda-o-que-e-oconsea-e-o-seu-papel-no-combate-a-fome>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Publications. Disponível em: https://www.fao.org/markets-andtrade/publications/en/?news_files=113402. Acesso em: 08 abr. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PNAE - home. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 08 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). O que é o PNAE e por que é ele importante para alimentação escolar. Disponível em: <https://idec.org.br/dicas-e-direitos/o-que-e-o-pnae-e-por-que-e-ele-importante-para-alimentacao-escolar>. Acesso em: 13 mai. 2024.

JORNAL DA USP. Estudo destaca importância do programa de alimentação escolar para comércio familiar, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-destaca-importancia-do-programa-de-alimentacao-escolar-para-comercio-familiar/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

JUSBRASIL. Agricultura familiar, as mãos que alimentam a nação. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/busca?q=fao+-organiza%C3%A7%C3%A3o+das+na%C3%A7%C3%B5es+unidas+para+agricultura+e+alimenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 abr. 2024.

MOURA, L. (2022). O papel dos observatórios na segurança alimentar. Rio de Janeiro: Editora ABC.

OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (ÓAE). O que pensam os/as escolares sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, antes e na pandemia de Covid-19. Disponível em: <
https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/LEVANTA_DADOS_ESTUDANTE_VF.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

OLIVEIRA, A. Observatório da Carne e Produtos da Carne (FAO - Food Outlook, nov. 2023). Revista Ruminantes. 20 nov. 2023. Disponível em: <
<https://revistaruminantes.com/2023/11/20/observatorio-da-carne-e-produtos-da-carnefaofood-outlook-novembro-2023/>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

POLITIZE!. O impacto de políticas públicas ligadas à alimentação no combate à fome. 5 nov. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/combate-a-fome/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

SANTOS, R. (2020). Programas de alimentação e a vulnerabilidade social. Brasília: Editora DEF.

SILVA, T. (2021). A importância dos observatórios na gestão pública. Belo Horizonte: Editora GHI.

SOUZA, A. A.; CADETE, M. M. M. O papel das famílias e da escola na formação de hábitos alimentares saudáveis de crianças escolares. Revista Pedagógica, v. 19, n. 40, p. 136, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v19i40.3747>. Acesso em: 25 abr. 2024.

TRUNINGER, M. *et al.* Alimentação em tempos de crise. 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39427/1/ICS_MTruninger_Alimentacao.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024.



Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina

Termo de Conclusão do Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório

Informo que o(a) discente Jeanna Martins Souza, de matrícula 190109246, apresentou o trabalho de conclusão do relatório de estágio supervisionado obrigatório, do curso Bacharelado em Gestão do Agronegócio.

Paula Daniella Prado Ramos

Universidade de Brasília
Matrícula: 20/001621

Assinatura do(a) Supervisor(a) Externo

Jeanna M. Souza

Assinatura do(a) Estagiário(a)